



## “LINGUÍSTICA” E “SEMÂNTICA DISCURSIVA”: OBSERVAÇÕES À INTRODUÇÃO DE MICHEL PÊCHEUX AO Nº 37 DA REVISTA *LANGAGES* (1975)

### “LINGUISTIQUE” ET “SÉMANTIQUE DISCURSIVE” : REMARQUES SUR L’INTRODUCTION DE MICHEL PÊCHEUX AU Nº 37 DE LA REVUE *LANGAGES* (1975)

Fábio Ramos Barbosa Filho<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo examina a introdução de Michel Pêcheux ao número 37 da revista *Langages* (1975), texto que articula um pilar teórico central de *Les vérités de La Palice*: a distinção entre linguística e semântica discursiva. Analisa-se como Pêcheux fundamenta a sua teoria dos processos de significação rejeitando, simultaneamente, o formalismo de uma semântica intralinguística e o subjetivismo das teorias centradas no falante. Essa dupla recusa reside no imperativo de que os processos de significação são, ao mesmo tempo, formais e ideologicamente determinados. O texto destaca também a relação entre língua, compreendida como condição material invariante, e discurso, concebido como prática histórica que se dá sobre essa base ao mesmo tempo em que a reconfigura. Mecanismos como sobrecarga, recobrimento e apagamento ilustram essa dinâmica fundamental para a compreensão das relações entre língua e discurso. O artigo explora ainda a crítica de Pêcheux ao formalismo (a despeito de sua defesa de uma abordagem rigorosamente formal), o papel da informática na identificação de zonas de paráfrase discursiva e a reflexão sobre uma teoria não-subjetivista da enunciação, apresentada como condição indispensável para uma teoria materialista do discurso.

**Palavras-chave:** Linguística. Semântica. Discurso. Paráfrase. Enunciação.

**Résumé:** Cet article examine l’introduction de Michel Pêcheux au numéro 37 de la revue *Langages* (1975), un texte qui articule un pilier théorique central de *Les vérités de La Palice*: la distinction entre linguistique et sémantique discursive. On analyse comment Pêcheux fonde sa théorie des processus de signification en rejetant simultanément le formalisme d’une sémantique intralinguistique et le subjectivisme des théories centrées sur le locuteur. Ce double refus repose sur l’impératif que les processus de signification sont à la fois formels et idéologiquement déterminés. Le texte souligne également la relation entre langue, comprise comme condition matérielle invariante, et discours, conçu comme une pratique historique qui se déploie sur cette base tout en la reconfigurant. Des mécanismes tels que la surcharge, le recouvrement et l’effacement illustrent cette dynamique fondamentale pour comprendre les relations entre la langue et le discours. L’article explore en outre la critique de Pêcheux du formalisme (en dépit de sa défense d’une approche rigoureusement formelle), le rôle de l’informatique dans l’identification de zones de paraphrase discursive et la réflexion sur une théorie non-subjectiviste de l’énonciation, présentée comme une condition indispensable pour une théorie matérialiste du discours.

**Mots-clés:** Linguistique. Sémantique. Discours. Paraphrase. Enonciation.

---

<sup>1</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor de graduação no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e de pós-graduação em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder do grupo de pesquisa Discurso e Arquivo (DARQ). Presidente do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul (CELSUL).

Os frios espaços da semântica escondem uma questão candente.

Michel Pêcheux

### Considerações iniciais

A revista *Langages* é fundamental na história da construção teórica de Michel Pêcheux<sup>2</sup>. É, por exemplo, na edição 24 da revista, de dezembro de 1971, que Pêcheux, segundo ele mesmo, lança a pedra angular que desembocará em *Les vérités de La Palice*: “Eis, portanto, traçado o quadro deste estudo, que dá continuidade a uma pesquisa preliminar sobre a relação entre sistema linguístico e ‘semântica’” (Pêcheux, 1975, p. 30)<sup>3</sup>. A pesquisa preliminar mencionada por Pêcheux em 1975 é o hoje clássico *La sémantique et la coupure saussurienne*, escrito em coautoria com Claudine Haroche e Paul Henry<sup>4</sup>.

Se o número 24 da revista representa um ponto de partida, é no número 37, de 1975, que se observa a consolidação e os desdobramentos desse projeto teórico. É sobre alguns de seus eixos centrais que me detenho neste artigo, um trabalho muito mais *a partir* da *Introdução* de Pêcheux ao volume *Analyse du discours, langue et idéologies*, por ele organizado, do que *sobre* ela. Publicada em março de 1975, apenas dois meses antes de *Les vérités de La Palice*<sup>5</sup>, a *Introdução* cumpre, sem dúvida, uma função expositiva ao apresentar os três textos que compõem o volume, mas está longe de se reduzir a uma simples abertura *pro forma*. Ela constitui um documento decisivo para a compreensão dos fundamentos e do alcance teórico do projeto pecheutiano.

Essa posição estratégica da *Introdução* se torna particularmente nítida quando consideramos a composição do volume. O número 37 reúne três estudos hoje clássicos, dois deles amplamente discutidos no Brasil: *Mises au point et perspectives à propos de l’analyse automatique du discours*, de Michel Pêcheux e Catherine Fuchs<sup>6</sup>; *Constructions relatives et articulations discursives*, de Paul Henry<sup>7</sup>, e *Les relatives dans l’analyse linguistique de la*

---

<sup>2</sup> A edição de 1969 da *Langages* (nº 13), intitulada *L’analyse du discours* (Dubois; Sumpf, 1969), consolida-se como marco fundador da autonomização deste campo na França, sendo crucial situar sua publicação como contemporânea, e igualmente decisiva, à obra *Analyse automatique du discours*, de Michel Pêcheux (1969).

<sup>3</sup> No original: “Voici donc tracé le cadre de cette étude, qui prolonge une recherche préliminaire sur le rapport entre système linguistique et ‘sémantique’” (Pêcheux, 1975, p. 30).

<sup>4</sup> Haroche; Pêcheux; Henry, 1971. Há uma tradução para o português (Haroche; Pêcheux; Henry, 2020 [1971]). A versão original está disponível em formato digital no repositório *Persée*.

<sup>5</sup> A primeira edição de *Les vérités de La Palice* foi impressa em maio de 1975, em tiragem de quatro mil exemplares, conforme as informações que constam no final do livro.

<sup>6</sup> Pêcheux; Fuchs, 1975. A tradução brasileira está disponível em Pêcheux; Fuchs, 2010 [1975].

<sup>7</sup> Henry, 1975. A tradução brasileira está disponível em Henry, 1990 [1975].

*surface textuelle: un cas de région-frontière*, de Almuth Grésillon<sup>8</sup>. Segundo Pêcheux (2025 [1975], p. 1), esses três textos se caracterizam “por uma concepção teórica comum sobre as relações entre *língua* e *discurso*”.

De fato, os três textos do número 37 compreendem a língua como um sistema dotado de mecanismos formais – fonológicos, morfológicos, sintáticos e enunciativos – cuja autonomia é apenas relativa e que constitui, num dado momento histórico, a condição de possibilidade ou base material invariante dos processos discursivos. O discurso, por sua vez, é entendido como um processo histórico-ideológico de produção de sentido que não apenas se ancora na língua, mas também que, por um efeito de retorno, incide sobre o seu funcionamento<sup>9</sup>. Como pensar, então, a relação entre essas duas realidades, língua e discurso? Para Pêcheux, o ponto-chave é a enunciação, cuja teorização, segundo ele, está inacabada e é precária em seu tempo, sendo refém do subjetivismo idealista. Voltarei a este ponto mais adiante.

Se a relação entre língua e discurso exige uma teoria – mas não *qualquer* teoria – da enunciação, como indica Pêcheux, essa exigência se materializa numa separação teórica clara: de um lado, a linguística, enquanto ciência da língua; de outro, a semântica discursiva, enquanto campo teórico que se ocupa da produção do sentido ou, em termos mais rigorosos, dos efeitos de sentido. Ora, essa distinção não é meramente metodológica, mas responde a uma necessidade *teórica*, conforme a observação de Pêcheux:

O domínio da semântica não pode ser *concebido* como fazendo pura e simplesmente parte da linguística enquanto estudo científico da língua: a ideia de uma semântica intralinguística, assentada em uma lógica universal, a-histórica (objetiva ou subjetiva), não é apenas teoricamente discutível, mas também, como se verá (particularmente no texto de Paul Henry), a fonte de dificuldades linguísticas quase insuperáveis. Daí a necessidade de uma separação teórica entre *linguística* e *semântica discursiva*, isto é, determinada historicamente pelas relações ideológicas inerentes a uma formação social dada (Pêcheux, 2025 [1975] p. 1).

À linguística caberia, portanto, o estudo dos mecanismos formais – fonológicos, morfossintáticos e enunciativos –, condições necessárias (embora não suficientes) à existência material dos efeitos de sentido. À semântica discursiva, por sua vez, competiria a análise das

<sup>8</sup> Grésillon, 1975. Infelizmente, este texto não foi traduzido para o português.

<sup>9</sup> No artigo em coautoria com Catherine Fuchs, também publicado no número 37, os autores fazem um comentário fundamental sobre a relação do discurso com a língua, que demarca o campo epistemológico da Análise de Discurso em relação à Linguística.: “[...] o objeto sobre o qual ela [a análise de discurso] produz seu ‘resultado’ não é um objeto linguístico, mas um objeto sócio-histórico onde *o linguístico intervém como pressuposto*” (Fuchs; Pêcheux, 1975, p. 31). No original: “[...] l’objet à propos duquel elle [l’analyse du discours] produit son ‘résultat’ n’est pas un objet linguistique mais un objet socio-historique où *le linguistique intervient comme présupposé*”.

determinações históricas e ideológicas que, atuando *sobre* e *através* desses mecanismos formais, constituem os processos de produção desses mesmos efeitos. A teoria do discurso surge, pois, como um campo de articulação entre o linguístico e o ideológico, articulação que obriga os autores do volume a enfrentar o problema da enunciação, essencial para pensar as relações entre o sistema da língua e as práticas discursivas. Em outros termos, se a relação entre língua e ideologia exige uma teoria do discurso, a relação entre língua e discurso exige uma teoria da enunciação<sup>10</sup>.

Embora a distinção entre o linguístico e o discursivo seja fundamental, é crucial observar que sua fronteira não é rígida. Pelo contrário, “é da própria essência da relação entre língua e discurso que as regras fonológicas, morfológicas e sintáticas sejam incessantemente objeto de sobrecargas, recobrimentos e apagamentos *parciais*” nas práticas discursivas (Pêcheux, 2025 [1975], p. 1). Esses processos – a sobrecarga, o recobrimento e o apagamento – permitem pensar que a articulação entre o sistema da língua e a produção de sentido está longe de ser pensada de maneira estritamente lógica ou mecânica. Ao mesmo tempo, essa articulação não pode ser simplesmente resolvida pela introdução de uma teoria do “contexto” ou da “situação”, como se isso desse conta da articulação entre o linguístico e o ideológico.

---

<sup>10</sup> Essa exigência teórica guarda uma profunda semelhança com o desafio enfrentado por Sigmund Freud ao formular sua teoria das pulsões. Assim como Freud identificou a necessidade de um conceito capaz de pensar a fronteira e a mediação entre o domínio do somático (o corporal) e o domínio do psíquico – daí a pulsão ser definida como um “conceito limite” ou “limítrofe” –, Pêcheux identifica a necessidade de um conceito que permita teorizar a fronteira entre o sistema da língua (o formal) e as práticas discursivas (o histórico, o ideológico). É nesse sentido preciso que a necessidade de uma teoria (não-subjetiva) da enunciação, tal como proposta por Pêcheux, assemelha-se ao projeto freudiano de constituição de uma teoria da pulsão, também necessária em sua metapsicologia. Ambos os projetos partem do reconhecimento de uma relação problemática e fundadora entre duas ordens heterogêneas – o somático e o psíquico, a língua e o discurso – e buscam construir um operador teórico (a pulsão, a enunciação) que não reduza uma ordem à outra, mas que explique justamente os processos que trabalham essa fronteira. No entanto, é preciso observar que, em Freud, a formulação da teoria das pulsões não responde apenas à necessidade de uma categoria descritiva ou taxonômica, mas à exigência de postular um princípio *dinâmico* à fronteira entre o somático e o psíquico. A pulsão só se torna inteligível porque pressupõe a existência da libido. É esse dinamismo libidinal que impede que os dois domínios permaneçam estanques e que permite compreender deslocamentos, transformações e retornos característicos do funcionamento psíquico no âmbito do somático. Algo estruturalmente análogo se observa em Pêcheux: a articulação entre o sistema da língua e as práticas discursivas não é concebida como uma sobreposição estática de níveis (explicáveis por um *moto perpétuo* arbitrário ou universal), mas como um campo material continuamente atravessado por tensões e deslocamentos cujo fundamento não é linguístico, mas histórico e ideológico. O “motor” desse dinamismo é a luta de classes, princípio organizador das relações sociais que produz a tensão e a reconfiguração desde o interior das práticas discursivas. Assim como a libido introduz um dinamismo *entre* o somático e o psíquico, a luta de classes introduz um princípio de dinamismo *entre* a língua e o discurso. Em ambos os casos, trata-se de dar conta da operação de um elemento dinâmico que torna possível conceber a fronteira entre duas ordens heterogêneas não como um limite fixo, mas como uma zona de tensão incessante, na qual se produzem tanto os efeitos de unidade quanto as formas de conflito que constituem a própria materialidade dos processos em jogo. Registro meu agradecimento a Lauro Baldini pelas conversas sobre o tema, cujas contribuições incidem de forma decisiva na elaboração desta nota.

Embora ambos os termos se refiram à organização dos sentidos, recobrimento e sobrecarga semântica designam fenômenos distintos. Como lembra Caroline Masseron (2009), estudar a sinonímia implica perguntar até que ponto duas palavras significam “a mesma coisa”, o que exige examinar o recobrimento semântico, isto é, a parte do sentido que duas unidades compartilham. É essa zona comum que permite afirmar, por exemplo, que “inveja” e “ciúme” são sinônimos: aproximam-se em certos aspectos, embora não coincidam totalmente. A sinonímia, portanto, é um caso específico de recobrimento.

A sobrecarga, ao contrário, não envolve a comparação entre duas palavras. Ela descreve o processo pelo qual uma palavra passa a incorporar como sentido próprio (ou referencial) aquilo que inicialmente era apenas uma inferência contextual. O exemplo do linguista Dwight Bolinger (1971) é particularmente esclarecedor. Ele afirma que de um ponto estritamente referencial, o verbo “want” significava apenas “falta”. Contudo, enunciados como “I want food” levavam, segundo ele, os falantes a inferir “desejo”. Com o uso reiterado, essa inferência estabilizou-se e “desejar” acabou sendo integrado ao significado do verbo. Ora, trata-se de uma tensão curiosa entre *referência* e *inferência* que ocorre, de acordo com uma compreensão linguística do fenômeno, quando o sentido *inferido* rompe a fronteira do *referido* e é acrescida à própria unidade lexical.

O apagamento, por sua vez, é a operação linguística que suprime um elemento de uma formulação, marcando a vacuidade de uma posição sintática sem, no entanto, impedir sua recuperabilidade. Trata-se de uma supressão regida por restrições formais, distinta tanto da elipse quanto da categoria vazia, cuja função é regular a estruturação da frase, permitindo que certos constituintes, especialmente os facultativos ou redundantes, deixem de ser realizados na superfície, embora permaneçam pressupostos<sup>11</sup>.

São esses três mecanismos que permitem aos linguistas pensar, no plano fonológico, em fenômenos prosódicos, aliteração e rimas, por exemplo, capazes de introduzir, na produção do sentido, efeitos que escapam ao domínio estritamente fonológico; no plano morfológico, permitem analisar quando afixos ou processos de formação de palavras têm seu

---

<sup>11</sup> O apagamento talvez seja o fenômeno linguístico mais claramente fronteiro entre os três mencionados por Pêcheux. Os demais também o são, mas o apagamento se destaca por atravessar, de modo particularmente acentuado, todos os níveis de análise, do fonológico ao enunciativo. No ponto de vista que nos interessa, o discursivo, ele se torna especialmente relevante na tensão entre o sintático e o enunciativo, onde seu funcionamento se mostra, a meu ver, mais produtivo. Para um exame mais detalhado do apagamento nesses dois níveis de análise ver, respectivamente, Riegel (1983) e Rosier (2004). Ainda falta, contudo, uma teorização mais sistemática, idealmente acompanhada por um amplo trabalho de análise de materiais verbais, sobre os modos como sobrecarga, recobrimento e apagamento se articulam e se distinguem. Nesse sentido, o trabalho de Claudine Haroche (1984) pode ser fundamental para uma reflexão discursiva sobre o apagamento, tanto em sua dimensão sintática quanto em sua dimensão enunciativa.

valor deslocado, adquirindo funções que excedem sua definição gramatical de origem<sup>12</sup>; no plano sintático e lexical, esses fenômenos tornam-se ainda mais marcados. Conjunções como “porque”, “e” e “mas” frequentemente operam com valores que se sobrepõem às suas funções referenciais canônicas<sup>13</sup>. De modo semelhante, no léxico, certas unidades podem mudar de categoria sintática. Ou seja, trata-se de três processos que frustram qualquer tentativa de construção de uma concepção mecanicista de língua a partir da obra Pêcheux.

No entanto, é importante precisar que, na perspectiva de Pêcheux, os fenômenos linguísticos mencionados – prosódicos, morfológicos ou sintáticos – não “introduzem” sentidos por si mesmos, como se fossem portadores de uma substância semântica prévia e imanente. A sua posição é rigorosamente antilexicalista, isto é, recusa a ideia de que elementos da língua possuam valor semântico *a priori*, independentemente das relações discursivas que os constituem. O que ele reformula é, antes de tudo, a relação entre o que a linguística entende ser o funcionamento da língua – seja através de uma semântica intralinguística, de um subjetivismo enunciativo ou de um pragmatismo da situação e contexto – e o que uma posição discursiva teria a dizer sobre esse funcionamento.

O que ocorre, na verdade, é uma reconfiguração das funções linguísticas no interior de práticas discursivas historicamente determinadas, ou seja, é preciso admitir de saída que tanto os elementos quanto as funções do sistema carecem de significação prévia. A noção de sobrecarga, portanto, não designa um acréscimo de sentido a um núcleo referencial estável, mas o processo pelo qual o uso reiterado, em certas condições de produção, estabiliza aquilo que a linguística convencionalmente denomina inferências, e que passam a ser tratadas como parte do suposto significado “próprio” da unidade linguística.

Desse modo, o que se desloca não é um valor pré-existente, mas a própria *ilusão* de um significado puramente denotativo, autônomo em relação ao discurso. O que Pêcheux sustenta é justamente que a relação entre língua e exterioridade não se dá pela “adesão” do conotativo ao denotativo, nem pela substituição do valor referencial (literal, próprio) pelo inferencial (conotativo, derivado), mas pelo efeito de retorno das práticas discursivas sobre a sistematicidade da língua. Trata-se, em última instância, da permanente tensão entre o sistema da língua e a ideologia.

<sup>12</sup> Tentei falar disso em Barbosa Filho (2019).

<sup>13</sup> Quanto a isso, ver Guilhaumou e Maldidier (1984), mas também Guimarães (2001).

É justamente a natureza intrinsecamente conflituosa dessa articulação entre língua e discurso, exemplificada nos processos descritos, que levará Pêcheux a subverter também a perspectiva formalista em linguística. Aquilo que uma teoria estritamente formalista descreveria como “estabilidade” e “autonomia” é, para ele, lugar de tensão e de transformação contínua, no qual as regras linguísticas são permanentemente (embora *parcialmente*) deslocadas e transformadas pelas práticas discursivas<sup>14</sup>. A aparente “autonomia” da língua não constitui um dado estável e imediatamente observável, mas o efeito de uma tensão permanente entre o sistema linguístico, com suas regularidades formais, e os processos discursivos. O funcionamento da língua não se reduz nem à organização interna do sistema, nem ao “contexto” ou à “situação”: ele se dá precisamente no conflito entre as leis formais do sistema da língua e as práticas discursivas. É justamente por isso que uma compreensão discursiva é capaz de produzir efeitos de retorno teóricos também na linguística, deslocando suas compreensões estabelecidas.

Isso implica dizer que a semântica não é nem coextensiva à linguística nem simplesmente exterior a ela. Não pode ser concebida, de um lado, como uma teoria de processos de significação desvinculados de uma base formal invariante – isto é, como uma pragmática ou hermenêutica sem lastro nas línguas naturais –, nem, de outro, como a teoria de uma sistematicidade lógica homogênea, entendida como um conjunto fechado de regras que operam de modo mecânico e universal<sup>15</sup>.

Nessa perspectiva logicista, a articulação entre regras gramaticais e léxico produziria, de modo automático, “formas” e “sentidos”: dada uma entrada X, obteríamos *invariavelmente* uma saída Y, tal como uma engrenagem cujas peças se movem por necessidade interna, sempre da mesma maneira (ou mesmo de várias maneiras, mas todas previsíveis de antemão). Essa tomada de posição supõe que o funcionamento da língua seria imune ao efeito de retorno

---

<sup>14</sup> Em um trabalho anterior, afirmei que “prática discursiva é a noção que nos permite compreender o dizer fora de uma perspectiva estritamente idealista de falante. Pensar a ‘fala’ e a ‘enunciação’ como práticas discursivas significa admitir que todo dizer é um processo que imbrica, simultaneamente, a base linguística e a materialidade da ideologia. Essa perspectiva permite retirar o falante do lugar de origem e fonte de seu dizer, situando-o como resultado de processos e estruturas exteriores, anteriores e independentes. Isso significa que ‘tomar a palavra’ não se reduz ao uso individual do aparelho formal da língua, mas implica inscrever-se em um regime de historicidade que confere contornos ideológicos ao enunciável” (Barbosa Filho, 2025, p. 171). Essa reflexão sobre as práticas discursivas encontra sua formulação mais densa nos textos de Michel Pêcheux publicados em 1975, especialmente em *Les vérités de La Palice* e na *Introdução* ao número 37 da revista *Langages*.

<sup>15</sup> Em *Lire l’archive aujourd’hui*, Pêcheux (1982, p. 36) retoma essa questão ao abordar o problema das diferentes teorias da leitura de arquivo: “As aporias de uma semântica puramente intralinguística (ou de uma pragmática indiferente às particularidades da língua), e as reflexões sobre a especificidade do arquivo textual, conduzem a pensar que uma pesquisa pluridisciplinar é indispensável para uma abordagem verdadeiramente fértil”. No original: “Les apories d’une sémantique purement intra-linguistique (ou d’une pragmatique sourde aux particularités de la langue), et les réflexions sur la spécificité de l’archive textuelle, conduisent à penser qu’une recherche pluri-disciplinaire est indispensable pour un abord réellement fécond”.

de sua exterioridade – a história, a ideologia, os arranjos materiais das relações sociais –, de modo que o sentido resultaria exclusivamente da aplicação de regras estáveis internas.

Contra essa tomada de posição, é fundamental reconhecer que a fronteira entre o linguístico e o discursivo é constantemente tensionada, pois a língua é incessantemente reconfigurada pelos processos discursivos e não pode ser pensada como um sistema lógico autônomo. A distinção entre linguística e semântica discursiva constitui, portanto, a condição de possibilidade de uma teoria da materialidade do sentido que é, ao mesmo tempo, linguística e histórica, formal e ideológica. Em outras palavras, o discurso encontra na língua um invariante pressuposto de natureza formal que, em um dado momento histórico, torna possível a sua produção.

### **Enunciação e ideologia**

Pêcheux inicia a *Introdução* criticando a hipótese de uma semântica intralinguística como domínio autônomo da linguística, demonstrando como o sentido é, nas palavras do autor, “determinado historicamente pelas relações ideológicas inerentes a uma formação social dada” (Pêcheux, 2025 [1975], p. 1). Assim, o texto enfatiza a relação entre as *condições de produção* dos discursos e a *teoria das ideologias*, algo que será abordado de maneira incisiva no seu texto em coautoria com Fuchs.

Trata-se, em suma, de construir uma semântica que, sem desconsiderar a língua como base material, reconheça que toda prática discursiva é uma prática social<sup>16</sup>, inscrita em formações ideológicas e por elas determinada. Sobre esse aspecto teórico, uma observação de Denise Maldidier a respeito do número 37 da *Langages* é decisiva: “Michel Pêcheux apresenta aí [na *Langages* 37] a primeira articulação entre enunciação e o imaginário” (Maldidier, 1990, p. 35)<sup>17</sup>.

Essa articulação está diretamente ligada a um gesto de autocrítica fundamental: a reelaboração da relação entre condições de produção e teoria das ideologias, que permitiu a Pêcheux superar a noção psicossociológica de “formações imaginárias”, presente em sua obra de 1969 e abandonada em 1975. Tal noção representava, como apontam Fuchs e Pêcheux (1975), um obstáculo epistemológico à construção de uma teoria materialista do imaginário.

---

<sup>16</sup> A respeito do conceito de prática social, ver Althusser (1965).

<sup>17</sup> No original: “Michel Pêcheux y présente la première mise en relation de l’énonciation et de l’imaginaire”.

Ao substituir a noção de formações imaginárias por uma teoria do assujeitamento de base althusseriana, Pêcheux pôde, enfim, iniciar a elaboração de uma teoria não-subjetiva da enunciação, situando o imaginário como efeito de uma relação material entre o sujeito e as formações ideológicas que o constituem<sup>18</sup>.

É, portanto, na *Introdução* que Pêcheux efetua pela primeira vez o recuo crítico em relação à compreensão psicossociológica das condições de produção em 1969, recuo crítico que será aprofundado em seu texto em coautoria com Fuchs. O número 37 da revista restitui, assim, o problema da enunciação (solenemente negligenciado em 1969) como ponto-chave dessa virada epistemológica, permitindo rearticular as condições de produção, a ideologia e o problema da subjetividade a partir da matriz teórica althusseriana. Esse deslocamento, que redefine simultaneamente o estatuto do sujeito e o estatuto do sentido, foi identificado por Denise Maldidier como um momento ímpar na trajetória teórica de Pêcheux. Para ela, o que se opera em *Langages* 37 não é apenas uma correção pontual, mas a abertura de um novo espaço conceitual em que o discurso passa a articular, de maneira inédita, sujeito, sentido, ideologia e enunciação:

É preciso medir o caminho percorrido desde 1971. O artigo do número de 37 de *Langages* ecoa a longa reflexão de Michel Pêcheux e de seus amigos sobre o famoso artigo de Althusser. O problema do *discurso* irá ligar, num deslocamento significativo, a questão do sujeito à questão do sentido. Paralelamente, aparecerá pela primeira vez, a “desprezada” dos textos anteriores: a *enunciação*. (Maldidier, 1990, p. 31)<sup>19</sup>

O problema da enunciação em Pêcheux é, assim, o ponto em que se condensam e se tornam visíveis as grandes transformações epistemológicas de sua teoria dos processos de significação, isto é, de sua semântica discursiva. É nele que se opera a passagem do sujeito psicológico – concebido como instância interior, causa de si e origem dos sentidos que enuncia – ao sujeito discursivo, entendido como efeito ou resultado de relações ideológicas ligadas ao arranjo material das relações sociais em uma formação social dada. É também nele que a língua deixa de ser tomada como um sistema lógico autossuficiente ou como um simples meio de projeção da subjetividade para ser compreendida como materialidade formal em perpétua tensão com o caráter histórico das práticas discursivas. Nessa perspectiva, a enunciação não é o ato individual pelo qual um sujeito fala, mas o processo material pelo qual

<sup>18</sup> Tentei desenvolver esse argumento em Barbosa Filho (2024).

<sup>19</sup> No original: “Il faut prendre la mesure du chemin parcouru depuis 1971. L'article du numéro 37 de *Langages* fait écho à la longue rumination de Michel Pêcheux et de ses amis sur le fameux article d'Althusser. Le problème du *discours* va y nouer, dans un déplacement sensible, la question du sujet et celle du sens. Parallèlement apparaîtra pour la première fois, la ‘laissée-pour-compte’ des textes antérieurs: *l'énonciation*”.

o discurso produz a ilusão de que há um sujeito que fala: ilusão necessária ao funcionamento da ideologia.

É para opacizar os mecanismos dessa “ilusão necessária” que Pêcheux rejeita o subjetivismo psicologista dominante nos estudos enunciativos e propõe uma teoria não-subjetiva da enunciação. Se o sujeito não é a causa de si nem do sentido que enuncia, mas o resultado de processos anteriores, exteriores e independentes de sua existência individual, torna-se indispensável identificar (e teorizar) os mecanismos que, operando à sua revelia, produzem nele o efeito de interioridade e de domínio sobre o sentido. É nesse espaço aberto pela dupla crítica ao sujeito psicológico e à língua como sistema autossuficiente que Pêcheux introduz suas ferramentas conceituais fundamentais (trabalhadas em detalhe no texto em coautoria com Fuchs): esquecimento, paráfrase discursiva e reformulação.

Longe de designarem procedimentos retóricos ou operações conscientes, esses mecanismos constituem processos *objetivos*, isto é, independentes da subjetividade. Nessa perspectiva, o funcionamento sintático é afetado por processos de reformulação e paráfrase que, diferentemente de puras “variações formais”, sustentam as condições materiais da produção do sentido. É nesse quadro que se articulam os três conceitos: a reformulação introduz a possibilidade de dizer “o mesmo” de outro modo; a paráfrase discursiva circunscreve o escopo ideológico das relações de substituição, delimitando o que pode e o que não pode ser comutado e o esquecimento, por sua vez, é a operação pela qual o sujeito “perde de vista” a historicidade e a determinação ideológica do que diz, de modo que o sentido lhe aparece como natural, evidente e próprio. Articulados, esses três mecanismos sustentam a ilusão de autonomia do sujeito e fazem da enunciação o lugar por excelência da eficácia ideológica.

Essas operações não correspondem à atividade volitiva de um falante que maneja a língua livremente, nem a um autômato que executa operações lógicas autoengendradas. Elas correspondem, na verdade, ao funcionamento do discurso, onde os sentidos se reproduzem e se transformam na tensão constitutiva entre o linguístico e o ideológico, sistemas que não são homogêneos, mas profundamente passíveis de deslizamento e contradição. A paráfrase discursiva, por exemplo, é uma modalidade característica desse processo: ao reformular, o sujeito acredita estar apenas repetindo, “com suas próprias palavras”, um sentido que considera “seu” ou “próprio”, ou acredita estar apenas realizando uma operação lógica de comutação entre sentenças equivalente. Ora, quando ideologia e inconsciente passam a fazer

parte da reflexão sobre a enunciação, é preciso dizer que o que se repete são diferenças reguladas – contingentes, mas não aleatórias -, sentidos determinados por sua posição no interior de uma formação ideológica. A ilusão de ser a origem do sentido sustenta-se justamente nesse jogo de repetição e diferença regulada, em que o sujeito *imagina* selecionar livremente quando, de fato, é instado a reformular.

É precisamente esse mecanismo de produção da evidência do sujeito como origem que Pêcheux sintetiza ao afirmar que:

[...] a presença do sujeito-locutor face a si mesmo, no sentido do que ele enuncia, é um fato inexplicável do ponto de vista da pura sistematicidade (especialmente em uma teoria estritamente “sintática” da paráfrase). As teorias idealistas da “fala” e da “enunciação” se apropriaram dessa dificuldade para reproduzir seu mistério sob a forma de uma “teoria” que repete incessantemente que o sujeito está na origem do sentido que ele enuncia. Essas considerações nos levaram a esboçar uma teoria não-subjetiva daquilo que hoje se chama *enunciação*. As noções de reformulação, esquecimento e paráfrase discursiva desempenham aí uma função essencial, sem a qual permaneceria incompreensível a *ilusão* pela qual o sujeito está na origem do sentido que ele enuncia. (Pêcheux, 2025 [1975], p. 2)

Nessa perspectiva, o fato de que o sujeito falante parece estar presente a si mesmo, isto é, de que ele se reconhece no sentido do que enuncia, constitui precisamente um ponto de impossibilidade para toda teoria fundada na pura sistematicidade da língua. Nem as leis internas do sistema linguístico, nem uma concepção estritamente sintática de reformulação (ou de paráfrase) são capazes de explicar esse efeito de presença do sujeito em seu próprio dizer. É necessário introduzir nesse intervalo a eficácia de instâncias exteriores que excedem a estrutura linguística – a ideologia e o inconsciente – sem as quais a relação entre sujeito e sentido permaneceria um enigma insolúvel.

As teorias idealistas da fala e da enunciação, por sua vez, respondem à impossibilidade da pura sistematicidade com uma impossibilidade simétrica: postulam que o sujeito é a origem do sentido. Em vez de explicar o fenômeno da enunciação, reproduzem o seu mistério, transformando o “milagre” da presença do sujeito em seu dizer numa tautologia teórica. O sujeito é pensado como aquele que se manifesta na linguagem e a linguagem como o espaço em que o sujeito se reconhece. Pêcheux vê nesse gesto uma forma de naturalização da ilusão ideológica de que o sujeito é a fonte do sentido, pois tal concepção omite as determinações materiais – históricas, sociais e ideológicas -, que constituem a própria posição de enunciação. O sujeito não preexiste ao discurso, mas é produzido *nele e através dele*.

A teoria não-subjetiva da enunciação proposta por Pêcheux não visa a eclipsar o sujeito, mas a reinscrevê-lo em uma concepção materialista. Nesse sentido, o problema da

enunciação é inseparável do problema do sujeito e, conseqüentemente, da ideologia. A enunciação, assim concebida, é o lugar de um duplo efeito: o de unidade do sentido e o de transparência do sujeito. A enunciação é o ponto em que se articula a materialidade linguística com as formações ideológicas, de modo que o sujeito é sempre o resultado de uma sobredeterminação: um enunciado é produzido sob condições de produção determinadas, que implicam posições ideológicas e delimitam o campo de sua significação. Rompe-se, assim, a oposição tradicional entre língua e fala: a língua fornece as condições formais de possibilidade do discurso, enquanto o discurso reinscreve essas condições em processos históricos concretos, nos quais se produzem os efeitos de sentido e o próprio efeito-sujeito<sup>20</sup>.

### **As zonas de paráfrase discursiva e o problema da formalização**

Tanto na *Introdução* quanto no texto em coautoria com Fuchs, a análise de discurso é apresentada como um dispositivo teórico-analítico assentado sobre uma teoria dos processos de significação para examinar regularidades (mas também rupturas) semânticas em determinados estados de *corpora*. Embora insista no caráter *formal* desse dispositivo, Pêcheux dirige uma contundente crítica às abordagens *formalistas* na discussão sobre a autonomia relativa da língua e a necessidade de refletir sobre a constituição discursiva dos referentes – questões aprofundadas nos artigos de Paul Henry e Almuth Grésillon presentes no mesmo volume.

Para esclarecer um ponto fundamental da obra de Pêcheux – sua relação com a informática e a “etapa” linguística da análise de discurso –, é preciso diferenciar uma perspectiva *formal* de uma perspectiva *formalista*. Enquanto a primeira se concentra na investigação sistemática do funcionamento relacional dos elementos que compõem uma estrutura, valendo-se de instrumentos que opacizam a relação do pesquisador com o material verbal analisado, a segunda tende a confundir os dispositivos de formalização com o próprio conhecimento, como se o ato de formalizar fosse, em si, suficiente para produzir esse último. Essa confusão é um dos pontos centrais das críticas que Michel Pêcheux dirige ao formalismo em vários de seus textos. Pêcheux não rejeita a abordagem formal em si, mas o *viés*

---

<sup>20</sup> É por isso que em *Les vérités de La Palice*, Pêcheux (1975, p. 152) vai afirmar que “o efeito-sujeito e o efeito de ‘intersubjetividade’ são [...] estritamente contemporâneos e coextensivos”. No original: “l’effet-sujet et l’effet d’‘intersubjectivité’ sont dès lors strictement contemporains et co-extensifs”.

*formalista*, que ele identifica em certas correntes da semântica e das ciências sociais<sup>21</sup>. Esse viés, segundo ele, ignora a complexidade dos processos de significação e reduz o conhecimento a esquemas formais, como se a linguagem pudesse ser completamente capturada apenas por dispositivos de formalização.

Um exemplo claro da distinção que Pêcheux faz entre o formal e o formalista é sua valorização do trabalho de Antoine Culioli, um semanticista que, embora buscasse construir dispositivos de formalização, não caía na armadilha de confundir formalização com conhecimento. Culioli reconhecia a importância da formalização como ferramenta, mas não a via como um fim em si mesma, mantendo uma postura crítica em relação aos limites dessa prática. Pêcheux critica o formalismo não por sua busca por rigor ou precisão, mas por sua tendência a simplificar e reduzir o conhecimento a esquemas formais, desconsiderando tanto a especificidade da língua como estrutura semiológica *sui generis*, irredutível a qualquer tipo de funcionamento lógico-matemático, quanto a historicidade dos processos de produção de sentido.

É nesse contexto que se compreende o papel central da informática tanto em 1969 quanto em 1975 (no texto em coautoria com Fuchs), especialmente na operacionalização do caráter “automático” da *Análise Automática do Discurso*. A informática emerge como instrumento de generalização e processamento, permitindo o tratamento sistemático de grandes volumes de texto e a aplicação de operações de comparação, reformulação e deslinearização de enunciados. Ela constitui uma condição prática e estruturante para o tratamento e descrição do material discursivo, condição que abre espaço para o exame rigoroso de regularidades e deslocamentos.

Um dos elementos essenciais da AAD é justamente a identificação das chamadas “zonas de paráfrase discursiva”, regiões de um corpus nas quais se observam equivalências, recomposições e deslocamentos de sentido capazes de estabilizar processos de significação independentemente das formas linguísticas específicas que lhes dão corpo. Em textos políticos, por exemplo, expressões como “redução de impostos”, “alívio fiscal” e “nova medida que reduz encargos tributários” pertencem à mesma zona de paráfrase, ainda que exibam variações sintáticas ou lexicais. As zonas de paráfrase constituem, assim, um ponto de articulação entre a descrição formal das regularidades e a análise das condições discursivas que as estruturam.

---

<sup>21</sup> Além de Pêcheux, Régine Robin também teceu duras críticas ao formalismo (diferenciando-o da formalização) em *História e Linguística*. Cf. Robin, Régine. *História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1976.

A implementação da informática, nesse quadro, convoca uma colaboração interdisciplinar entre linguistas, matemáticos e informáticos. A linguística define critérios de construção de corpora e de interpretação dos resultados; a matemática fornece os dispositivos formais que estruturam as operações discursivas; e a informática converte essas formalizações em programas concretos, escritos em linguagens como FORTRAN e ALGOL, que possibilitam a realização de operações antes impensáveis em escala manual. Essa articulação viabiliza o estudo de fenômenos complexos, como a deslinearização e a construção de zonas de paráfrase, com um rigor e uma amplitude que ultrapassam radicalmente as possibilidades das metodologias exclusivamente manuais.

É importante destacar que Pêcheux não abandonou a informática em sua pesquisa, mesmo nos anos finais de sua vida. Ele continuou a se engajar com a *Análise Automática do Discurso* e escreveu textos significativos sobre o tema em 1981 e 1982, um ano antes de seu falecimento. Assim, qualquer afirmação de que Pêcheux “abandonou” a informática depois de 1969 é equivocada. Ela permaneceu ativa no desenvolvimento teórico e metodológico da Análise de Discurso até os últimos anos de sua carreira, consolidando a informática como um instrumento indispensável para a análise discursiva.

O problema da formalização em Pêcheux não se reduz, portanto, a uma questão exclusivamente técnica ou metodológica; ele funciona como um ponto estratégico para discernir a tensão constitutiva entre o linguístico e o discursivo, cumprindo um expediente teórico fundamental. Ao insistir em uma perspectiva formal sem ceder ao formalismo e ao integrar a informática ao exame das zonas de paráfrase discursiva, Pêcheux redefine a própria possibilidade de uma teoria materialista dos processos de significação. Seu projeto mostra que formalizar é necessário, na medida em que permite identificar de modo empírico, reproduzível e não-subjetivo os processos semânticos a partir de regularidades e mutações linguísticas; mas é também insuficiente: somente quando a formalização é articulada às condições materiais do discurso é que se torna possível construir uma semântica capaz de produzir conhecimento sobre o sentido, e não apenas reconhecer ou descrever suas modalidades de existência.

### **Considerações finais**

Talvez a maior contribuição da *Introdução* resida na forma como ela estabelece a relação entre língua e discurso. Essa relação não é de identidade, de expressão direta ou de

determinação unilateral, mas de tensão permanente entre duas instâncias heterogêneas, cada uma preservando uma especificidade irreduzível. A linguística, nesse quadro, não aparece como serva da semântica nem como etapa preliminar a ser ultrapassada: ela é a teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação, cujo objeto é a materialidade formal da língua. Essa materialidade, o nível das operações que regem o “invariante pressuposto” por toda produção discursiva, constitui a base indispensável sobre a qual a teoria do discurso, voltada às determinações históricas e às condições ideológicas de produção, pode efetivamente operar.

Embora este artigo não trate diretamente de *Les vérités de La Palice*, é impossível dissociar o gesto teórico de *Langages* 37 da elaboração que culminará nesse livro. O mesmo problema apontado de modo inaugural no número 37 – a insuficiência de uma semântica intralinguística e a necessidade de reinscrevê-la no terreno das determinações histórico-ideológicas – reaparece em *Les Vérités de La Palice* em duas formulações lapidárias. Pêcheux afirma, na quarta capa do livro de 1975, que “sob a semântica, estão em jogo problemas teoricamente e politicamente candentes”<sup>22</sup>, algo que no corpo de *Les vérités de La Palice*, reaparece como: “os frios espaços da semântica escondem uma questão candente”<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> No original: “Sous la sémantique, des problèmes théoriquement et politiquement brûlants sont donc en jeu”, na contracapa de *Les vérités de La Palice* (Pêcheux, 1975).

<sup>23</sup> A tradução de “les froids espaces de la sémantique recèlent un sujet brûlant” (Pêcheux, 1975, p. 27) como “os frios espaços da semântica exalam um sujeito ardente” constitui, a meu ver, um equívoco interpretativo que, embora amplamente difundido, enfraquece o argumento central de Pêcheux sobre a natureza da semântica. Em primeiro lugar, porque o verbo “receler” está mais para “ocultar”, “esconder” e “recalar” do que para “exalar”, isto é, o verbo está ligado ao ocultamento e não à emanção. Contudo, essa dificuldade não é o problema decisivo, na medida em que a minha crítica incide sobre outro ponto. Em francês, “sujet” possui uma ambiguidade essencial: pode designar tanto “sujeito” (em sentido filosófico ou linguístico) quanto “assunto”, “tema” ou “questão”. O contexto imediato do parágrafo em que a expressão aparece revela uma progressão lógica bastante precisa. Pêcheux anuncia que abordará uma questão teórica e acrescenta que esta é também, diretamente, uma questão política. Para demonstrar a natureza política do problema, ele mobiliza dois indícios históricos concretos: primeiro, a intervenção de Lênin no debate sobre o empiriocriticismo; segundo, as condições políticas do marxismo contemporâneo, marcadas pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e pelo início da chamada era atômica e espacial. Traduzir a expressão como “sujeito ardente” rompe completamente essa linha de argumentação, introduzindo um conceito filosófico, o de sujeito, que, embora crucial na obra de Pêcheux, não é o objeto dessa passagem específica. O contexto histórico reforça essa leitura. Ao situar o debate semântico no campo de batalha ideológico da Guerra Fria, Pêcheux mostra que o XX Congresso do PCUS (1956) e a era espacial (com o lançamento do Sputnik em outubro de 1957) simbolizam o auge da disputa entre os blocos socialista e capitalista, disputa travada não apenas nos níveis militar e tecnológico, mas também no plano das ideias. Nesse cenário, as teorias semânticas, sobretudo as de orientação lógico-formal, não podiam ser consideradas neutras ou indiferentes aos arranjos materiais das formações sociais em questão. Elas constituíam um “sujet brûlant”, uma questão candente, pois implicavam concepções de língua, linguagem e sentido que tinham consequências diretas tanto para a teoria marxista quanto para a luta ideológica. A semântica se apresentava como um domínio “frio” apenas na superfície; em seu interior, abrigava um núcleo politicamente incandescente. A coerência com o conjunto da obra de Pêcheux confirma essa interpretação. O que a semântica encobre não é o sujeito como entidade, mas as relações ideológicas que determinam a produção do sentido e, por consequência, a própria constituição dos sujeitos. A “questão candente” é precisamente essa: compreender como a semântica, ao se apresentar como neutra e técnica, à semelhança das descrições fonológicas desvinculadas das práticas sociais, participa ativamente de um conflito ideológico decisivo. Assim, traduzir

Essas duas formulações condensam e radicalizam o deslocamento teórico iniciado em 1975, mostrando a continuidade profunda entre os dois textos.

Em linhas gerais, Pêcheux sustenta a premissa de que toda semântica é, essencial e radicalmente, uma semântica histórica e que os mecanismos de produção de sentido não podem ser fundamentados nem na interioridade dos processos gramaticais nem no “contexto” ou na “situação”. Para embasar essa ideia, ele propõe uma distinção entre *linguística* e *semântica discursiva*, argumentando que a língua funciona como a “condição material de base” dos processos semânticos e que é sobre essa base que se sustentam os processos discursivos, tais como substituições, negações, paráfrases e outros fenômenos.

As práticas discursivas não são simplesmente efeitos, mas realidades que possuem uma eficácia de tal modo que, advindo da base linguística, possuem um efeito de retorno sobre essa base, reconfigurando-a permanentemente. Isto é, o discurso age sobre a língua, produzindo reconfigurações que impedem uma compreensão logicista da sintaxe, especificamente, e do sistema, de modo geral. Isso significa que a língua não pode ser pensada apenas como um sistema lógico-formal, isolado em sua sintaxe, como uma combinatória abstrata: ela se transforma permanentemente pelas marcas que o discurso deixa nela, apagando-as, isto é, dissimulando-as como expedientes estritamente gramaticais. Se a língua incorpora os regimes de sentido que nela se formulam, o apagamento dessa incorporação é um efeito ideológico flagrante.

Pensemos nos efeitos práticos dessa dinâmica. As formas possíveis de enunciação – o “eu”, por exemplo – são profundamente afetadas pela existência de práticas jurídicas e políticas modernas. Do mesmo modo, verbos e nomes originalmente mobilizados em domínios técnicos (posse, título e propriedade) penetram o uso corrente e naturalizam categorias que, embora hoje pareçam “naturais”, são produtos históricos de regimes sociais concretos. Uma sentença como “o homem medieval era proprietário de coisas”, embora sintaticamente bem formada, projeta sobre o passado categorias que lhe são estranhas: pressupõe uma relação entre “medieval” e “proprietário” que não corresponde às formas sociais da época e atribui às “coisas” um estatuto mercantil que elas não tinham. Trata-se, portanto, de uma operação discursiva – logo, ideológica – que se torna possível porque a língua oferece construções aparentemente lógicas que naturalizam essas associações

---

“sujet brûlant” como “questão candente” preserva a radicalidade do alerta de Pêcheux: não se deve deixar enganar pelas aparências técnicas e assépticas da semântica linguística. Sob a superfície fria de suas formulações, ela recalca uma questão politicamente incandescente.

ideológicas. Isso implica afirmar que um “enunciado não pode ser compreendido na transparência da horizontalidade sintática, na medida em que *o efeito de linearidade da sintaxe dissimula as dobras do discurso*” (Barbosa Filho, 2019, p. 12). Em outras palavras, certas formas linguísticas não apenas dissimulam a historicidade dos sentidos que mobilizam, mas também sustentam e consolidam efeitos ideológicos, ao permitir que categorias contemporâneas sejam tomadas como evidências universais sob a complacência “lógica” da gramática, que se apresentam como simples” dados de língua”<sup>24</sup>.

O caso dos genitivos é paradigmático: a mesma forma sintática (“X de Y”) pode produzir efeitos de sentido radicalmente distintos, dependendo do regime discursivo em que se inscreve. Compare-se, por exemplo, “a Constituição de 1988” e “um homem de princípios”. No primeiro caso, a construção remete a uma relação de autoria/temporalidade historicamente situada; no segundo, a estrutura genitiva opera como índice de qualidade moral atribuída a um sujeito. Do mesmo modo, “a casa do banqueiro” convoca uma leitura de posse juridicamente codificada, enquanto “uma noite de insônia” remete a uma experiência sem qualquer traço de propriedade. A diferença aí não reside na forma gramatical, que permanece estável, mas em uma estabilização imaginária que orienta a interpretação, sedimenta práticas sócio-históricas, naturaliza certas leituras e apaga sua contingência. Assim, analisar o funcionamento da língua sem reinscrevê-la em sua historicidade é perder a dimensão constitutiva pela qual o ideológico e o linguístico se afetam mutuamente.

Isto quer dizer, muito sumariamente, que, em toda prática discursiva, as regularidades linguísticas (fonológicas, morfológicas e sintáticas) não se apresentam como um sistema fechado e homogêneo de regras aplicadas de modo automático, como uma máquina que se autoengendra. Elas sofrem determinações que as reconfiguram, de modo que sua ocorrência não coincide plenamente com uma formalização estritamente linguística. É nesse sentido que se pode afirmar que tais regularidades se defrontam com “sobrecargas, recobrimentos e apagamentos *parciais*”, noções que só aparecem mais uma vez na obra de Pêcheux,

---

<sup>24</sup> Há em Pêcheux (1969, p. 11) um ótimo exemplo que ilustra tanto o mecanismo de naturalização quanto sua contrapartida (o reconhecimento de “anomalias” em enunciados que desafiam o paradigma vigente): “Considere-se a frase ‘a terra gira’: um linguista pré-copernicano, conhecendo milagrosamente as gramáticas gerativas e os trabalhos atuais dos semanticistas, certamente teria estabelecido uma incompatibilidade entre as partes constitutivas da frase e declarado o enunciado anômalo”. No original: “Soit donc la phrase ‘la terre tourne’: un linguiste pré-copernicien, connaissant par miracle les grammaires génératives et les travaux actuels des sémanticiens, aurait certainement posé une incompatibilité entre les parties constitutives de la phrase et déclaré l’énoncé anormal”. Este caso demonstra, de modo contundente, como a “lógica” internalizada por uma formação ideológica específica define o escopo de avaliação dos “puros dados” gramaticais, tornando inconcebíveis proposições que posteriormente se revelariam cientificamente válidas e verdadeiras. Funcionamentos análogos, sobre as relações entre a evidência do sentido e a estrutura formal do enunciado, são analisados pelo autor em “Effets discursifs liés au fonctionnement des relatives en français” (1979).

justamente na conclusão de *Les vérités de La Palice*<sup>25</sup>, mas que parecem ser muito importantes tanto na crítica de uma semântica intralinguística quanto na hipótese de uma teoria da enunciação subjetivista.

Em última instância, a articulação teórica entre língua e discurso, tal como elaborada por Pêcheux a partir do gesto inaugural de *Langages* 37, não pode ser entendida como uma simples “divisão de tarefas” entre domínios distintos, mas como a chave para uma compreensão materialista dos processos de significação. Ao postular a língua como condição material de base, permanentemente tensionada e parcialmente reconfigurada pelas práticas discursivas, sua proposta desloca de modo decisivo o problema da produção do sentido. A grande contribuição dessa tomada de posição teórica consiste precisamente em fornecer os instrumentos conceituais para pensar, de um lado, a inscrição material da ideologia no funcionamento da língua – o efeito de retorno – e, de outro, a eficácia ideológica do discurso. É apenas nesse quadro que a pergunta pela enunciação deixa de ser “quem fala?” e passa a ser “quais são as condições históricas que tornam *possível e necessária* a ilusão de um sujeito que fala?”. É nesse campo de deslocamentos que hoje podemos trabalhar os mecanismos pelos quais se dissimulam as questões candentes nos frios espaços da semântica.

## Referências

ALTHUSSER, L. Sur la dialectique matérialiste (de l'inégalité des origines). In: ALTHUSSER, L. **Pour Marx**. Paris: Maspero, 1965. p. 161-224.

BARBOSA FILHO, F. R. **O discurso antiafricano na Bahia do século XIX**. São Carlos: Pedro e João, 2019.

BARBOSA FILHO, F. R. **O que é análise de discurso?** Porto Alegre: CirKula, 2025.

---

<sup>25</sup> Na p. 269 de *Les vérités de La Palice* (Pêcheux, 1975), podemos ler: “Sob quais condições a prática científica linguística pode se apropriar teoricamente desse novo objeto que constituem *os processos discursivos de paráfrase em uma formação discursiva*? E, em particular, como conceber as ‘sistematicidades’ fonológicas, morfológicas e sintáticas, que constituem as condições materiais linguísticas de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos, de tal modo que seja desfeita a ilusão que faz aparecer essas sistematicidades (e, antes de tudo, a da sintaxe) como um bloco homogêneo de regras, uma máquina lógica? Como conceber os apagamentos, recobrimentos e sobrecargas parciais que afetam *necessariamente* essas diversas sistematicidades?”. No original: “À quelles conditions la pratique scientifique linguistique peut-elle s'approprier théoriquement ce nouvel objet que constituent *les processus discursifs de paráfrase dans une formation discursive*? Et, en particulier, comment concevoir les ‘systématicités’ phonologiques, morphologiques et syntaxiques, qui constituent les conditions matérielles linguistiques de base sur lesquelles se développent les processus discursifs, de telle manière que soit déjouée l'illusion qui fait apparaître ces systématicités (et, avant tout, celle de la syntaxe) comme un bloc homogène de règles, une machine logique? Comment concevoir les effacements, recouvrements et surcharges partiels qui affectent *nécessairement* ces diverses systématicités?”.

“Linguística” e “semântica discursiva”: observações à introdução de Michel Pêcheux ao n.37 da revista *Langages* (1975).

BARBOSA FILHO, F. R. Apresentação à tradução brasileira do prefácio de “Hacia el análisis automático del discurso”, de Michel Pêcheux. *In*: LEMOS, Marilene. Advertência. **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, n. 50, p. 194-197, 2024.

BOLINGER, D. Semantic overloading: a restudy of the verb remind. **Language**, v. 47, n. 3, p. 522-547, set. 1971.

DUBOIS, J; SUMPF, J. (Org.). **Langages (L'analyse du discours)**, 1969. n. 13.

GRÉSILLON, A. Les relatives dans l'analyse linguistique de la surface textuelle: un cas de région-frontière. **Langages**, 9<sup>e</sup> année, n°37, 1975. p. 99-126.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Coordination et discours. “Du pain et X” à l'époque de la Révolution française. **LINX**, n. 10, p. 97-117, 1984.

GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas, SP: Pontes, 2001.

HAROCHE, C.; HENRY, P; PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne : langue, langage, discours. **Langages**, 6<sup>e</sup> année, n°24, 1971. p. 93-106.

HAROCHE, C. **Faire dire, vouloir dire**. Paris: PUF, 1984.

HENRY, P. Constructions relatives et articulations discursives. **Langages**, 9<sup>e</sup> année, n°37, 1975, p. 81-98.

HENRY, P. Construções relativas e articulações discursivas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 19, p. 43-64, 1990.

MALDIDIER, D. **L'inquiétude du discours**: textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Mالدیدیر. Paris: Editions des Cendres, 1990.

MASSERON, C. Présentation: les paradoxes de la synonymie. **Pratiques**, n. 141-142, p. 3-8, 2009.

PÊCHEUX, M. **Analyse automatique du discours**. Paris: Dunod, 1969.

PÊCHEUX, M. **Les vérités de La Palice**. Paris: Maspero, 1975.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. **Langages**, 9<sup>e</sup> année, n°37, 1975, p. 7-80.

PÊCHEUX, M. Effets discursifs liés au fonctionnement des relatives en français [1979]. *In*: MALDIDIER, Denise. **L'inquiétude du discours**: textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Mالدیدیر. Paris: Éditions des Cendres, 1990. p. 273-280.

PÊCHEUX, M. Lire l'archive aujourd'hui. **Archives et documents de la Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage**, Première série, n°2, 1982. p. 35-45.

PÊCHEUX, M. Introdução ao n. 37 da revista *Langages* (1975). **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 20, n. 33, p. 01-04, 2025.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 159-249.

RIEGEL, M. Les opérations linguistiques de base (suite): l’effacement et l’addition. **L’Information Grammaticale**, n. 16, p. 10-14, 1983.

ROBERT, S. Grammaire fractale et sémantique transcatégorielle: entre syntaxe et lexique. **Langages**, 1999. n. 136, p. 106-123.

ROSIER, L. La circulation des discours à la lumière de “l’effacement énonciatif”: l’exemple du discours puriste sur la langue. **Langages**, n. 156, p. 65-78, 2004.

**Recebido em:** 16/11/2025; **Aceito em:** 27/11/2025.